



XXVII ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA
Economia Política e Democracia: marchas e contramarchas no século XXI

Área Temática: 9
GÊNERO, RAÇA E ECONOMIA POLÍTICA

O consumo das famílias brasileiras: um olhar de gênero e raça

Ana Luiza Neves de Holanda Barbosa (IPEA/IBMEC)

Danielle Carusi Machado (UFF)

Luana Passos (UFOB)

Luciana Alves dos Santos (IBGE)

O consumo das famílias brasileiras: um olhar de gênero e raça*

Ana Luiza Neves de Holanda Barbosa**

Danielle Carusi Machado***

Luana Passos****

Luciana Alves dos Santos*****

Resumo

O objetivo deste trabalho é o de analisar o padrão de consumo das famílias brasileiras, com ênfase no gênero e na raça do responsável da família de forma a demonstrar as desigualdades existentes na sociedade brasileira marcadas pela interseccionalidade. A partir dos microdados da Pesquisa de Orçamentos Familiares de 2017-2018, do IBGE, mostramos as despesas em seis categorias agregadas de consumo (habitação, transporte, alimentação, saúde, educação e outras despesas) segundo o gênero e a raça do responsável da família. Constatamos que as diferenças mais marcantes estão nas despesas com habitação e transporte. As mulheres gastam mais em habitação do que os homens, enquanto estes invertem seus recursos mais nas despesas de transporte. Os gastos com alimentação são maiores entre os negros do que brancos, independente do sexo. Nas despesas com saúde e educação, brancos gastam mais do que negros, sendo que, com relação à saúde, mulheres brancas tendem a gastar mais do que homens. Adicionamos a esta análise, a estimação das curvas de Engel, que mostra a relação dos gastos das famílias com seu rendimento familiar. Renda, educação, idade e filhos são importantes fatores que podem explicar diferenças nestes resultados. As curvas de *Engel* foram estimadas para seis categorias agregadas de consumo (habitação, transporte, alimentação, saúde, educação e outras despesas) com base em um sistema de equações de demanda estimado de forma simultânea pelo método *SUR*, garantindo maior eficiência no processo de estimação.

Palavras-chave: consumo das famílias; gênero; raça; curvas de Engel; Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF).

Classificação JEL: D12, J15, J16.

* As autoras agradecem o apoio financeiro do CNPq (443196/2019-2).

** Pesquisadora do IPEA, professora do IBMEC-RJ e coordenadora e pesquisadora do GeFam.

Email: ana.barbosa@ipea.gov.br.

*** Professora associada Fac. Economia UFF, pesquisadora do CEDE/UFF e pesquisadora do GeFam.

Email: dani_carusi@hotmail.com.

**** Professora adjunta do Centro das Humanidades UFOB e pesquisadora do GeFam.

Email: luanapassos_s@hotmail.com

***** Analista do IBGE. Email: luh.alves@gmail.com.

1. INTRODUÇÃO

Um intenso processo de mudanças sociodemográficas – queda da fecundidade e mortalidade, envelhecimento populacional, relaxamento dos papéis tradicionais de gênero - tem impactado o tamanho, a organização e as preferências das famílias. Essas mudanças refletem na diversificação dos arranjos familiares, tendo-se presença cada vez mais marcante de famílias unipessoais, monoparentais, casais sem filhos e, famílias reconstituídas. No bojo dessas novas tendências sociodemográficas, a literatura tem se debruçado a compreender o padrão de gastos das famílias bem como as alterações que podem estar em curso.

No que se refere a constituição das famílias, os estudos apontam padrões distintos de consumo a depender da idade dos componentes da família e dos arranjos estabelecidos. Há evidências de que a presença de idosos no domicílio eleva os dispêndios com saúde e habitação ao passo que ter crianças em casa influencia em ter maiores gastos com vestuário, higiene e educação (PINHEIRO; FONTOURA, 2007). Já no caso das famílias que têm adolescentes, os gastos *per capita* com vestuário e educação/recreação são maiores frente ao de famílias que não os possuem (CARVALHO; ALVES, 2012; SETTE; COELHO, 2020). Assim, para pessoas nas faixas etárias mais avançadas se observa um padrão distinto de consumo comparativamente as que estão nas mais jovens, sendo maiores os gastos *per capita* com saúde para os mais velhos. O olhar por arranjos familiares permite perceber que nos tipos monoparentais e unipessoais, aqueles chefiados por homens, parecem menos atentos aos gastos com habitação, saúde e educação/recreação do que os de chefia feminina (SETTE; COELHO, 2020).

Na questão de gênero, há indícios no Brasil de comportamentos distintos entre homens e mulheres no que diz respeito aos gastos (PINHEIRO; FONTOURA, 2007; SCHLINDWEIN; KASSOUF, 2007; CARVALHO; ALVES, 2010, 2012; QUEIROZ; COELHO, 2015; GALVÃO; ALMEIDA, 2018; SETTE; COELHO, 2020). Com estatísticas descritivas, Pinheiro e Fontoura (2007) mostram que as famílias chefiadas por mulheres têm maiores despesas de consumo, 81% contra 75% para homens, o que indica proporcionalmente maior aquisição de bens e serviços essenciais para a vida cotidiana. Em linhas gerais, as autoras notam que, quando a mulher é a chefe da unidade de consumo se gasta mais com habitação, vestuário, higiene, saúde, educação, cultura e serviços pessoais ao passo que na chefia masculina se gasta mais com transporte, aumento do ativo, alimentação e outras despesas correntes. Na mesma linha, Carvalho e Alves (2010, 2012) atestam que nas unidades de consumo onde as mulheres são chefes as despesas com habitação, educação, saúde tem maior peso, enquanto para a chefia masculina o peso com as despesas de alimentação, transporte, recreação, fumo, jogos e álcool é mais elevado.

A renda, como em outros aspectos da sociedade, é um importante determinante do nível e do padrão de consumo. É uma constatação empírica recorrente, em diversos países e momentos históricos, de que a participação das despesas com alimentação no orçamento das famílias se reduz com a elevação da renda. De fato, tal relação pode ser observada em um dado momento do tempo (dados em corte transversal) como pode ser verificada também ao longo do tempo (dados em séries temporais). Por ser uma das regularidades empíricas mais bem estabelecidas na economia, essa relação é conhecida como *Lei de Engel*, devido ao trabalho de Engel (1895). Assim, a representação gráfica da proporção das despesas com um item específico variando segundo a renda das famílias – alimentação, por exemplo – é chamado de “curva de Engel” e pode ser usado para ilustrar a *Lei de Engel* (CHAI; MONETA, 2010; HOUTHAKKER, 1987).

A evidência empírica sugere que a *Lei de Engel* também se aplica para o Brasil (SETTE; COELHO, 2020; CARVALHO; ALVES, 2010, 2012). Porém, vale observar que quando se avalia alimentação fora de casa tem-se uma relação direta entre aumentos da renda e os gastos alimentares (QUEIROZ; COELHO, 2015), certamente devido ao custo ainda elevado de comer fora de casa. Neste contexto, e, no que se relaciona às outras categorias de consumo, Galvão e Almeida (2018) mostram que no primeiro e segundo estrato de renda, a maior despesa é alimentação, já no último nível de renda se destaca o gasto com habitação. Os mais ricos apresentam comparativamente aos mais pobres maiores gastos em setores de serviços de modo geral, com ênfase na área de intermediação financeira, serviços prestados às famílias, educação mercantil e bens duráveis ao passo que as famílias mais pobres concentram seus gastos em alimentos e produtos básicos -produtos farmacêuticos, perfumaria, sabões e produtos de limpeza e, também, em contas como de luz, gás, água entre outras (CARVALHO *et al*, 2016).

Já é sabido, portanto, que os dispêndios das famílias têm vinculação direta com o estilo de vida individual, com a composição familiar (presença de crianças, adolescentes e de idosos no domicílio), com a estrutura familiar (sexo do chefe, presença de provedores, membros dependentes, entre outros), com número de pessoas na família e com a condição financeira (CARVALHO; ALVES, 2010; 2012; MELO *et al*, 2018; SETE; COELHO, 2020). Ou seja, até onde essa revisão pôde alcançar, o padrão de dispêndio, entre outros fatores, tem relação com questões de gênero, com o ciclo de vida, renda, e composição e arranjo familiar.

No entanto, a evidência empírica apresenta uma escassez no que diz respeito a relação entre as questões que envolvem a interseccionalidade de gênero e raça do chefe de família. São escassos os estudos no Brasil que juntam a dimensão de cor/raça e de gênero para estudar o consumo. As diferenças de consumo em termos de bem-estar social para as famílias chefiadas por homens e

mulheres cruzados por cor/raça mostram que esta análise é relevante e pode trazer subsídios para discussão de políticas públicas e ações efetivas na área.

Este artigo, portanto, tem como objetivo o de preencher esta lacuna ao investigar os determinantes do padrão de consumo das famílias brasileiras de distintas chefias considerando o cruzamento do sexo e raça/cor. Para tanto, são estimadas curvas de *Engel* para seis categorias agregadas de consumos de bens e serviços (habitação, transporte, alimentação, saúde, educação e outras despesas), que trazem informações sobre a sensibilidade das famílias frente a variações na renda, dentre outras variáveis sociodemográficas. As estimações são obtidas por meio de uma regressão por equações aparentemente não relacionadas – *seemingly unrelated regression* (SUR). A base dos dados utilizada é a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) realizada nos anos de 2017 e 2018 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Além desta introdução, e de uma última seção dedicada a considerações finais, este texto encontra-se dividido em mais 4 seções. A próxima seção discute as opressões cruzadas ao considerar as assimetrias de gênero, raça e classe. A terceira seção apresenta a base de dados e a metodologia. A quarta seção mostra o padrão de consumo das famílias brasileiras a partir do cálculo de curvas de *Engel* e do peso de cada item de despesa na despesa total. A quinta seção é dedicada a apresentar os principais resultados das curvas de *Engel* e suas relações com a interseccionalidade.

2. GÊNERO, RAÇA E CLASSE: VULNERABILIDADES CRUZADAS

A história das mulheres é marcada por vulnerabilidades dentro e fora dos lares, conforme a vivência de um sistema social assentado na dicotomia de poder entre os sexos – o patriarcado. O Patriarcado é uma palavra muito antiga, que mudou de sentido ao longo do tempo, e, hoje, mediante a acepção feminista é entendido como uma formação social marcada pela opressão das mulheres (DELPHY, 2009). Após uma longa história de invisibilidade feminina nesse sistema, foi a emergência do movimento feminista que permitiu a denúncia e luta contra as assimetrias de gênero perenizadas no patriarcado.

As feministas, e de modo mais amplo as teóricas do gênero, chamam atenção para o fato que as sociedades patriarcais se organizam por meio de assimetria de funções sociais entre os sexos, sendo aos homens atribuídas as atividades de maior valor e prestígio social como as produtivas e as políticas, e, as mulheres atividades tidas como subsidiárias, de manutenção do lar e dos cuidados familiares.

Em conformidade com a constatação de dicotomia entre o espaço público e privado, as feministas tem teorizado sobre o modo como se organiza o trabalho entre os sexos, sendo as contradições nesse âmbito sintetizadas no conceito de divisão sexual do trabalho. Conforme Hirata e Kergoat (2007), as

relações sociais de sexo configuram um modo de organização no qual os homens assumem a função de provedores no contraponto as mulheres que exercem o papel de cuidadoras das famílias, originando um modelo tradicional de divisão sexual do trabalho. Esse modelo nos tempos modernos convive com outras formas de organização sexual do trabalho no qual se admite a atuação das mulheres na arena pública, mas a essência do modelo permanece considerando que o cuidado é um atributo feminino.

A naturalização do cuidado como algo inerente as mulheres, constrange a atuação social feminina, configurando desigualdades de gênero no mercado de trabalho, na política e nos espaços de poder na sociedade. No mercado de trabalho, a maior presença feminina na força de trabalho não conseguiu reverter ainda os menores salários, o maior desemprego, a maior informalidade do trabalho, e as mais restritas proteções trabalhistas e previdenciárias (GUEDES; ARAÚJO, 2011; PINHEIRO et al, 2016; BIROLI, 2018; PASSOS, 2018). Na política e espaços de poder, a presença feminina ainda é bem dispare da masculina, dificultando a vocalização das demandas femininas nas diversas instâncias de representação social (BIROLI, 2018; ROMERO; KERSTENTZKY, 2015; MELO; THOMÉ, 2018). Assim, é notório que estereótipos de gênero conformam a atuação de homens e mulheres, por forças de normas socialmente arraigadas. Do que se trata esse texto, a literatura já registra padrão de consumo distinto por sexo, que parece, em alguma medida, estar em conformidade com normas de gênero que orientam comportamentos sociais distintos entre homens e mulheres.

É incontestável que a desigualdade de gênero se faz presente nos mais diversos espaços. Mas, essa não é a única desigualdade estrutural que marca as sociedades, o racismo também tem forte peso em nações com passado escravocrata. Os países emblemáticos são os EUA e o Brasil, que até hoje tem forte presença de racismo nas relações sociais. Os EUA é marcado por hierarquias de sexo/raça/classe, sendo os negros, em especial as mulheres negras, os possuidores do mais baixo status (HOOKS, 1995). O Brasil é um país racialmente desigual, em especial para as mulheres negras, no acesso à educação e a renda, estando os homens brancos no topo da hierarquia social e as mulheres negras na base (FIGUEIREDO, 2008).

Focando na realidade do Brasil, existem inúmeros exemplos de uma cultura impregnada pelo preconceito racial, basta ver nos noticiários os corpos negros sendo mortos de forma brutal, os indicadores de pobreza e vulnerabilidade da população negra, as ofensas em estádios de futebol a jogadores negros, entre outras formas de desumanização dos negros em nossa sociedade. O negro no Brasil, conforme Figueiredo (2008), é associado a coisas ruins nos mais diversos aspectos como a feiura, a burrice, a sujeira, enquanto o branco fica no polo oposto com a representação da beleza, da bondade e da justiça. Portanto, como bem aponta Carneiro (2017), o conflito racial não é possível nublar no Brasil pois, ele permanece estruturando o modo de organização da vida dos brasileiros

desde a abolição da escravidão. A democracia racial é uma falácia recorrentemente acessada no país para driblar o fato que a condição de vulnerabilidade do negro é influenciada pela negação de oportunidades e a discriminação racial.

É sempre bom lembrar, como indica Ribeiro (2018), que ser racista não se limita a matar e destratar severamente uma pessoa negra. O racismo, para a autora, é um sistema opressor que se assenta na negação de direitos a um grupo. Sendo assim, não existe racismo reverso, afinal os negros não possuem poder institucional para oprimir os brancos.

Para lutar contra falácias, como democracia racial e racismo reverso, e construir uma nova identidade e percepção sobre a negritude, o movimento negro se organiza. Nas palavras de Gonzalez (1984), é no movimento negro que se tem o espaço necessário para discutir a opressão racial. A partir daí, desenvolve-se uma consciência política sobre o racismo e sobre os seus efeitos e interfaces com a exploração de classe.

Com base nessas opressões identitárias, dois movimentos sociais se destacam nas sociedades: o movimento feminista e o movimento negro. O primeiro centrado na luta das mulheres; o segundo, na dos negros. Nos primórdios, estes dois movimentos estavam separados, mas existia uma categoria que não se sentia representada em suas necessidades: as mulheres negras. Assim, aflora o feminismo negro, juntando as duas pautas de modo a dar voz a essas mulheres outrora invisibilizadas.

Conforme Collins (2017), o pensamento feminista negro apresenta o ponto de vista das mulheres negras sobre a condição feminina afro, sendo um conhecimento produzido por negras populares conforme seus papéis cotidianos de mães, professoras, músicas, pastoras. Esse movimento, para a autora, traz para o centro da análise as vivências familiares das mulheres afro-americanas e como essas famílias são afetadas pelas opressões de gênero, raça e classe. Carneiro (2017), chama atenção que ser mulher negra acrescenta contradições na luta das mulheres, e o feminismo para ser representativo das necessidades e interesses de todas as mulheres teria que ser capaz de considerar essas contradições. O feminismo negro vem cumprindo esse papel, ao conceder visibilidade a experiência da mulher negra e a distância que as separa da mulher branca sobre a qual não pesa os efeitos deletérios do racismo estrutural. Todavia, conforme Ribeiro (2018), o feminismo negro traz um arcabouço teórico e crítico para problematizar não apenas a condição das mulheres negras, mas sobretudo para refletir sobre o modelo de sociedade que almejamos.

Nessa seara, o debate da interseccionalidade - consideração do imbricamento dos diversos sistemas de opressão que comparecem na realidade - contribui para uma compreensão mais aguçada da experiência real das desigualdades. Embora só recentemente o termo interseccionalidade passe a ter projeção no debate nacional, o pensamento feminista negro desde as gerações de 70 e 80 tem dado centralidade a articulação de gênero, raça e classe para compreender as desigualdades (RIOS;

SOTERO, 2019). A consideração da indissociabilidade das opressões estruturais já era apontada por pensadoras como Angela Davis ao fazer uma análise anticapitalista, antirracista e antissexista, mesmo antes de o conceito de interseccionalidade ter sido cunhado em 1989 por Kimberlé Crenshaw, em sua tese de doutorado (RIBEIRO, 2018).

Na perspectiva de Crenshaw (2002), os fatores relacionados as identidades sociais, tais como gênero, classe, casta, etnia, raça, religião, orientação sexual fazem com que existam problemas e vulnerabilidades exclusivos de subgrupos específicos de mulheres, ou que afetem desproporcionalmente apenas parte delas. As distintas violações de direitos humanos ficam escamoteadas quando não se leva em conta vulnerabilidades interseccionais de mulheres marginalizadas, mas também de homens marginalizados (CRENSHAW, 2002). Desta forma, pensar a interseccionalidade é considerar de modo conjunto as distintas opressões que marcam a sociedade. Não se deve pensar de forma isolada gênero, raça e classe e nem hierarquizar uma dessas formas de opressão social (RIBEIRO, 2018).

As evidências são muitas de que o status social, o estilo e qualidade de vida são influenciados pelas identidades de gênero, raça e classe, portanto, não se pode compreender as relações que se estabelecem na sociedade desconsiderando o intercruzamento dessas identidades. Na temática de consumo familiar esses fatores identitários não deveriam ser negligenciados pois, padrão de renda, composição familiar, hábitos e preferências não são imunes em sua constituição a normas sociais, seus estereótipos e os comportamentos moldados.

3. BASE DE DADOS E METODOLOGIA

Para a análise do padrão de consumo brasileiro a partir da ótica da interseccionalidade das mulheres negras, são utilizados os microdados da Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF realizada nos anos de 2017 e 2018 pelo IBGE.¹

A partir da POF, temos dados dos gastos das famílias, classificados em três grupos: despesas correntes; aumento do ativo; e diminuição do passivo. Neste artigo, focamos nas despesas de consumo que correspondem “às despesas realizadas pelas unidades de consumo com aquisições de bens e

¹ A POF é uma pesquisa realizada com um intervalo temporal de ao menos cinco anos, que fornece informações sobre a composição dos orçamentos domésticos das famílias, a partir da investigação e mensuração de estruturas de consumo, dos gastos e dos rendimentos, segundo as características dos domicílios e das pessoas. A amostra da POF 2017-2018 foi concebida segundo o conceito de amostra mestra do Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares - SIPD, que o IBGE adota para todas as pesquisas domiciliares por amostragem. A amostra mestra investiga todos os estratos socioeconômicos da população definidos na amostra mestra ao longo do ano da pesquisa (IBGE, 2020). Na amostra da POF atual foram investigados 1900 municípios, equivalendo a 5504 setores censitários, com resultados por nível geográfico para o Brasil, Grandes Regiões e todas as Unidades da Federação (UF), áreas urbanas dos municípios das capitais e de algumas regiões metropolitanas. A POF 2017-2018 cobriu um período de doze meses, entre julho de 2017 e julho de 2018, tendo como data de referência 15 de janeiro de 2018, quando o salário-mínimo (SM) era de R\$ 954,00. A amostra da POF 2017-2018 abarcou 57.920 domicílios – 58.039 unidades de consumo ou famílias -, com 178.369 residentes, o que representa aproximadamente 69.017.704 de famílias brasileiras. Segundo a POF (IBGE, 2021), “a Unidade de Consumo é a unidade básica de investigação e análise dos orçamentos”. Portanto, neste trabalho, o termo “família” será considerado equivalente à unidade de consumo.

serviços utilizados para atender diretamente às necessidades e desejos pessoais de seus componentes no período de pesquisa” (IBGE, 2020). O padrão de consumo das famílias será analisado a partir de cinco categorias de despesas. As categorias de despesa de consumo foram escolhidas por serem as mais representativas em relação a despesa total e por também terem seus reflexos mais diretos em termos de ações e políticas públicas.

- i. **Habitação:** aluguel; despesas com condomínio; manutenção e pequenos reparos com habitação; eletrodomésticos, etc.;
- ii. **Transporte:** ônibus, táxi, metrô, aquisições de combustível (gasolina e álcool) para veículo próprio, aquisição de veículos e despesas com viagens esporádicas, estacionamento, pedágio, etc.;
- iii. **Alimentação:** no domicílio e aquelas realizadas e consumidas fora do domicílio;
- iv. **Educação:** mensalidades e outras despesas escolares, curso superior, artigos escolares, uniforme escolar, e outros;
- v. **Saúde:** medicamentos, serviços médicos, hospitalares e odontológicos;
- vi. Outras despesas agregadas: itens como higiene e cuidados pessoais, serviços pessoais, vestuário e recreação e cultura, fumo e despesas diversas.²

Tabela 1

Características do chefe e da estrutura familiar por sexo e raça do chefe da família: Brasil, 2017-2018.

Variáveis	Homens Branco	Homens negros	Mulheres brancas	Mulheres negras
Características do chefe				
Idade	50,90	47,83	53,08	49,73
Idade ²	2.827,59	2.520,04	3.084,29	2.729,92
Anos de estudo completos	8,90	7,43	9,32	7,89
Características familiares				
Famílias sem crianças (%)	62,40	55,03	67,51	54,36
Famílias com crianças e sem idosos (%)	34,57	41,18	28,37	39,49
Famílias com idosos (%)	24,55	18,92	32,60	26,16
Que possuem cônjuge (%)	25,60	20,38	12,19	9,32
Total de moradores no domicílio (%)	2,99	3,20	2,68	3,19
Domicílios que recebem transferências sociais (%)	11,76	23,20	13,56	28,57
Renda total domiciliar <i>per capita</i> (R\$)	2.649,18	1.443,35	2.453,90	1.319,55
Localização geográfica (%)				
Áreas urbanas	72,97	70,81	87,39	83,87
Norte	6,69	18,93	7,18	18,69
Nordeste	20,11	36,96	24,53	44,61
Sudeste	31,85	23,64	30,35	20,57
Sul	28,29	5,74	28,64	5,93
Centro Oeste	13,06	14,74	9,30	10,20
Total de famílias	13.282	20.269	8.752	15.016

Fonte: POF 2017-2018/IBGE.

Elaboração das autoras.

Notas: (1) Crianças são definidas como pessoas entre 0 e 14 anos de idade e idosos encontram-se acima de 65 anos de idade; (2) os valores em R\$ são registrados a preços de janeiro de 2018 segundo o IPCA geral.

² Para uma análise mais detalhada da composição de cada categoria de despesa de consumo ver IBGE, 2019.

O padrão de consumo é analisado segundo diferenças das características individuais do chefe de família e da estrutura familiar, e, sempre considerando a questão da cor e do sexo do chefe da família. Na Tabela 1 apresentamos os recortes que são usados e já trazemos algumas estatísticas descritivas da amostra utilizada neste trabalho.

A tabela 1 revela que a partir do recorte de sexo das pessoas de referência das famílias, quando mulheres, independentemente da cor/raça, são, em média, mais velhas e mais escolarizadas do que os homens e quando a questão se trata de cor ou raça, tanto homens brancos quanto mulheres brancas têm, em média, mais idade e anos de estudo do que negros e negras.³

As informações relativas às famílias indicam que a presença de crianças é maior em unidades de consumo em que as pessoas de referências são da cor preta ou parda, independentemente do sexo. A presença de idosos é maior em unidades de consumo em que mulheres são as responsáveis, independentemente da cor/raça. Outro dado que merece destaque é a diferença de famílias com pessoa de referência sem conjuge. O fator gênero sobrepõe à raça: famílias chefiadas por homens e com conjuge, são aproximadamente o dobro das que tem pessoa de referência mulher. As famílias em que os responsáveis são negros tem maior número de moradores e menor renda domiciliar *per capita* e, ainda, maior participação no recebimento de programas de transferências de renda condicionadas, como o Programa Bolsa Família (PBF).

Com relação à distribuição geográfica das famílias que compõem a amostra, nos quatro grupos analisados, há predominância das famílias que vivem em áreas urbanas. Mais de 70% das famílias brasileiras residem nestas áreas. O Sudeste é a região com maior concentração de famílias em que as pessoas de referência são da cor branca (31,85% para homens e 30,35% para mulheres) e o Nordeste é a região com maior concentração de famílias em que as pessoas de referência são da cor preta/parda (44,61% para mulheres e 36,96% para homens).

Para analisar o padrão de cada item de despesa de consumo, construímos gráficos que mostram as relações entre a participação da despesa de cada categoria e a despesa total e analisamos a relação com a renda domiciliar per capita. Construímos as respectivas curvas de Engel para cada item de despesa, sem considerar fatores adicionais que afetam esta relação (*sem controles*). Formalmente, as curvas de *Engel* relacionam os gastos em consumo do bem i com a renda (x), ou seja: $p_i q_i = f_i(x)$, em que p é o preço do bem i e q é sua quantidade consumida. Estas curvas são muito utilizadas para entendermos o padrão de despesas de consumo e serão mostradas na próxima seção.

Entretanto, como sabemos que outros fatores, tais como características individuais, familiares e geográficas, podem também afetar os gastos em consumo de um bem e igualmente interferir no

³ Neste trabalho, na definição de cor ou raça, seguiremos a classificação adotada pelo IBGE e usaremos os termos ‘negro’ e ‘negra’ ou ‘preto/pardo’ e ‘preta/parda’ como equivalentes.

padrão de consumo, optamos por também estimar as curvas de *Engel*, controlando para estes demais fatores.

Vale destacar que ao analisar o padrão de despesas em vários bens, também temos que considerar que podem ocorrer substituição entre eles. Logo, o mais correto usualmente é estimar um sistema de demanda, em que as equações de demandas dos vários bens se inter-relacionam. Estas equações devem ser estimadas de forma simultânea. Neste artigo, foram estimadas curvas de *Engel* impondo como modelo um sistema de equações aparentemente não relacionadas (SUR). A modelagem SUR permite que os termos de erros das diferentes equações de demanda sejam relacionados. Mudanças em fatores não observados, que afetam um dos itens de demanda, podem igualmente impactar de forma simultânea nos demais. Por exemplo, uma mudança de preferências pode simultaneamente impactar nos gastos em alimentação bem como nos gastos em saúde, e, assim por diante.

Apresentamos, portanto, na seção de resultados como os gastos em consumo das cinco categorias de despesas, já elencadas, se relacionam com a renda domiciliar per capita (x), controlando para outros fatores que também afetam o padrão de consumo. Vale destacar que incorporamos também no processo de estimação um agregado que engloba as demais despesas. Estas não são analisadas, apenas incorporadas para estimarmos o sistema como um todo.

Desta forma, o sistema de equações a ser estimado está descrito da seguinte forma:

$$y_{if} = \mathbf{X}_f \boldsymbol{\beta}_i + \varepsilon_{if}, \quad (1)$$

em que y_{if} representa as despesas totais *per capita* da família (ou unidade do consumo)⁴ f na categoria de despesa i . As variáveis de controle são as mesmas mostradas na Tabela 1 e estão agrupadas na matriz X da equação (1). Estas variáveis captam características familiares e da pessoa de referência da família. O vetor de parâmetros $\boldsymbol{\beta}_i$ é estimado para cada categoria de despesa i .

Como o interesse principal deste trabalho é o de avaliar as diferenças existentes no padrão de consumo com relação ao cruzamento de sexo e a cor/raça das pessoas de referência das famílias, seguindo de perto as discussões sobre interseccionalidade, os resultados serão apresentados na seção de resultados para cada um dos quatro grupos de sexo/cor discutindo as variáveis mais relevantes e controlando para as demais.

4. DESPESAS DE CONSUMO E CURVAS DE *ENGEL*⁵

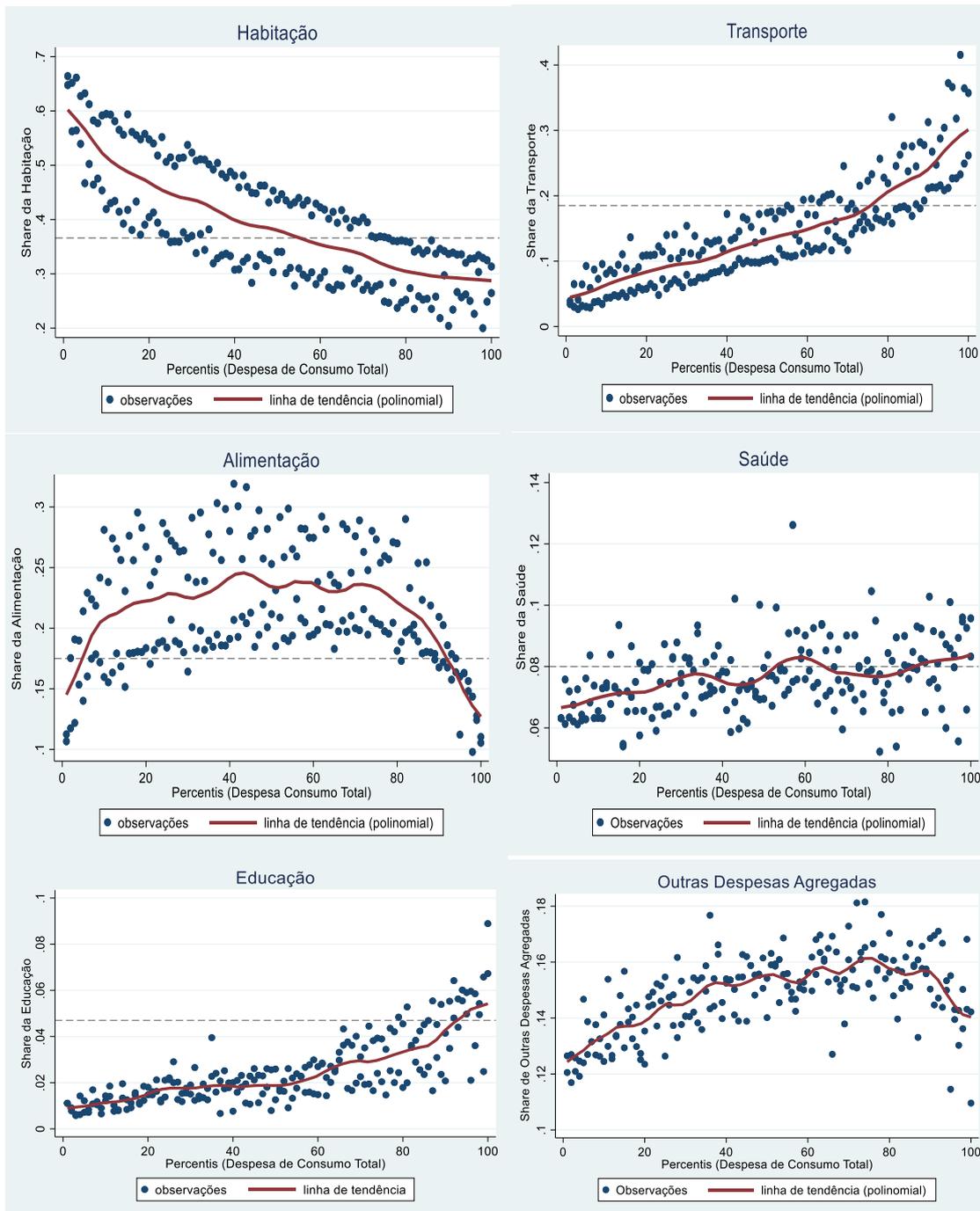
Através da Figura 1 apresenta-se um retrato das despesas do consumo para a amostra total das seis principais categorias especificadas anteriormente. Temos as relações entre a participação da despesa

⁴ Por simplificação, consideramos que cada unidade de consumo será tratada como uma unidade domiciliar ou familiar.

⁵ As curvas de *Engel* foram calculadas sem controles.

de cada categoria e a despesa com o consumo total, as curvas de *Engel* (em vermelho) e a participação média do total, ou seja, o *share* de cada categoria (reta tracejada em cinza).

Figura 1
Brasil: participação das despesas em relação ao consumo total (2017-2018)



Fonte: POF 2017-2018.
Elaboração das autoras.

A habitação é a principal categoria de despesa de consumo das famílias brasileiras. Em média, a despesa com habitação (*share* da habitação) representa 36,6% da despesa com consumo total. No entanto, nota-se que essa participação varia substancialmente com o nível de despesa de consumo

familiar e é decrescente com a despesa total das famílias. A figura revela de forma bastante clara que para níveis muito baixos de consumo (ou de renda) a participação destas despesas, de forma agregada, chega a atingir 60% das despesas de consumo total destas famílias. A participação das despesas com habitação no orçamento das famílias se reduz de forma contínua. Nos percentis mais altos de consumo das famílias, a despesa com habitação se reduz e chega ao patamar de 30% das despesas totais.

A participação das despesas de transporte em relação às despesas totais de consumo fica em torno de 18,5%, em média. O painel relativo à despesa com transporte da Figura 1 mostra que a sua participação aumenta conforme à despesa total. Tal tendência pode ser explicada na medida em que os itens de maior peso inseridos no grupo de despesa com transporte são itens associados a automóveis tais como combustível, gasolina, etanol, entre outros. No entanto, observa-se uma grande concentração de despesas com transporte nos percentis inferiores da despesa com consumo neste painel. Tal concentração nestes percentis, provavelmente, se deve às despesas com transporte público (ônibus urbano e trem, por exemplo).

As despesas com alimentação representam, em média, 17,5% da despesa total com consumo das famílias. O painel de alimentação da Figura 1 revela que para os percentis inferiores há uma tendência crescente e a partir do quadragésimo percentil há um padrão de redução de participação com relação à despesa total na medida em que despesa de consumo das famílias aumenta. Este formato de U invertido pode ser explicado na medida em que a base inferior da distribuição da despesa de consumo total (percentis inferiores), as famílias apresentam um nível de despesa com consumo total muito baixo, enquanto nos percentis mais altos da distribuição, a despesa total aumenta de forma significativa e o percentual gasto com a categoria alimentação se reduz.

As participações de saúde e de educação são, em média, de 8,0% e 4,7%, respectivamente. Para ambas as despesas, as curvas de *Engel* apresentam uma inclinação ascendente. Tal tendência pode ser explicada em função das despesas associadas com pagamentos de plano de saúde, medicamentos e de escolas e universidades, respectivamente.

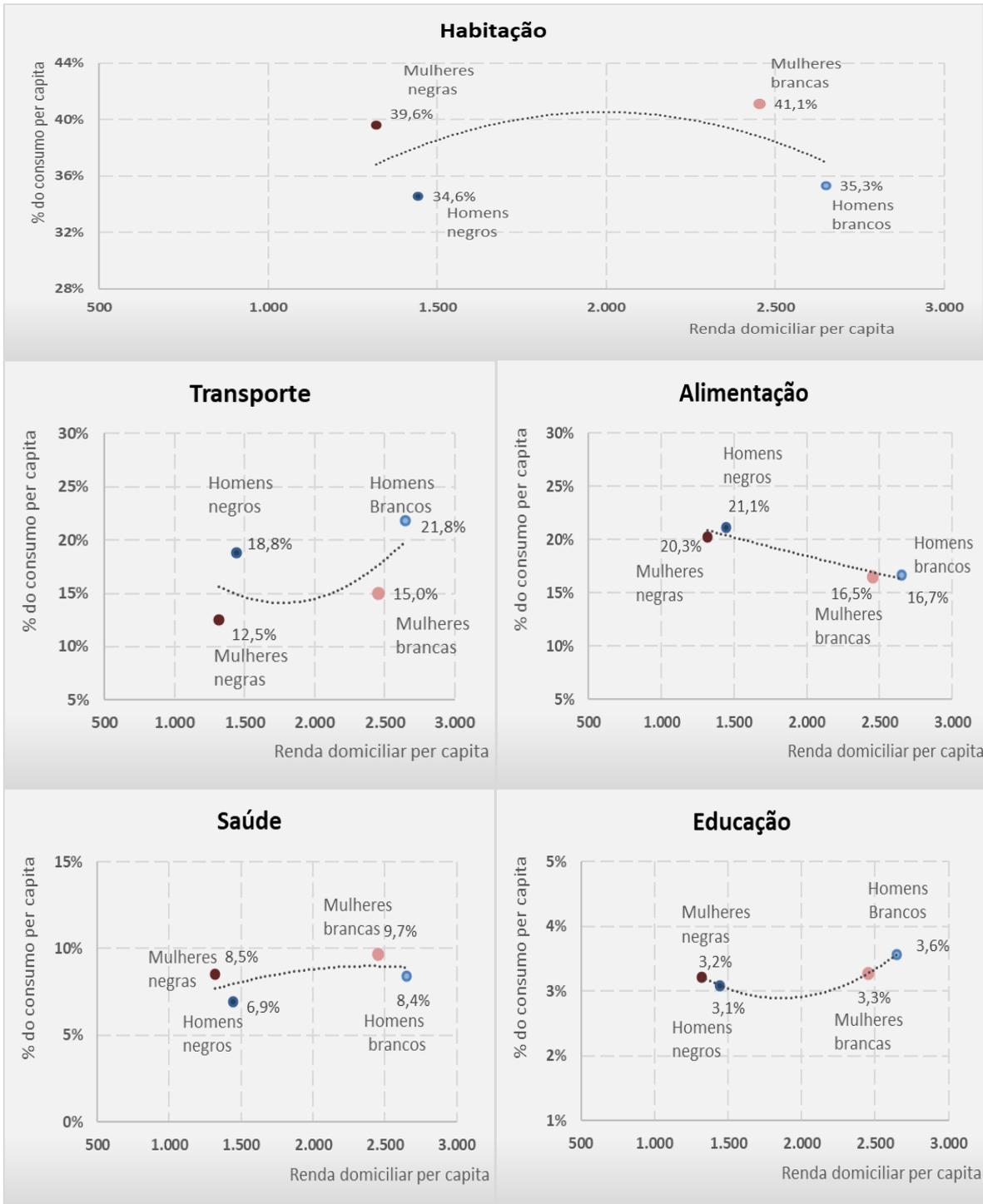
A Figura 2 mostra de forma mais detalhada as despesas para as cinco categorias agregadas de consumo por gênero e raça e a correlação entre a participação da despesa *per capita* em relação ao consumo total *per capita* (eixo x) e a renda domiciliar *per capita* (eixo y).

Nas despesas com relação à habitação e ao transporte, nota-se claramente que há uma distinção de gênero no padrão de consumo, independentemente da cor da pessoa de referência da família. Com relação à habitação, mulheres gastam mais do que homens. Mulheres brancas, por exemplo, despendem, em média, 41% da despesa total de consumo com habitação, enquanto os homens brancos, em média, gastam 35%. Com relação ao transporte, homens gastam mais do que mulheres.

Homens brancos gastam aproximadamente 22% com esta categoria e mulheres negras não gastam mais do que 13% da despesa total.

Quanto aos padrões de consumo por raça, os resultados sugerem que nas despesas com alimentação, negros(as) gastam mais do que brancos(as), independentemente do sexo da pessoa de referência. Nas despesas com saúde e educação, brancos gastam mais do que negros, sendo que, com relação à saúde, mulheres brancas (9,7%) tendem a gastar mais do que homens brancos (8,4%).

Figura 2
 Brasil: participação das despesas em relação à renda por sexo e raça da pessoa de referência da família (2017-2018)



Fonte: POF 2017-2018.
 Elaboração das autoras.

5. CURVAS DE DEMANDA: POR SEXO E COR DO CHEFE DE FAMÍLIA

O sistema de equações de demanda para as seis categorias de despesas é estimado separadamente para cada um dos quatro grupos considerando a interseccionalidade da pessoa de referência (homens e mulheres, brancos ou negros). Os resultados das estimações das cinco principais categorias de despesas para os quatro grupos são apresentados no Apêndice I nas tabelas I.1, I.2, I.3 e I.4 no final desta seção e são discutidos a seguir.⁶

Com relação às características individuais da pessoa de referência, o padrão de consumo muda com a idade, mas de forma significativa apenas para as despesas com educação, transporte, saúde e habitação. Os efeitos são positivos e atingem um pico para depois decrescer em educação, transporte e habitação. Ou seja, as despesas em consumo crescem à medida que as pessoas envelhecem, decrescendo após atingir um máximo. No caso da educação, este efeito é mais forte em magnitude para os homens brancos e sem significância para as mulheres brancas. No caso das despesas com habitação, o efeito segue esta direção de forma significativa apenas para homens pretos/pardos e é invertido para mulheres brancas. Mulheres brancas à medida que envelhecem gastam menos em termos *per capita* em habitação até um determinado patamar mínimo. No caso dos gastos com transporte, os efeitos são positivos até um determinado ponto e depois decrescem, mas sobretudo para os homens. Homens mais velhos gastam mais com transporte que os mais novos, mas o mesmo não acontece para as mulheres. Já os gastos em saúde são crescentes com a idade, coerente com a associação com o envelhecimento e aumento da demanda de produtos e serviços de saúde. Há mais gastos com remédios, planos de saúde e médicos. Este efeito é mais forte para homens e mulheres brancas do que para homens e mulheres pretos ou pardos.

Quanto ao total de anos de estudos da pessoa de referência, nota-se que para todos os gastos, o efeito é positivo. Quanto maior a escolaridade da pessoa de referência, maiores são os gastos em consumo, contudo de forma mais intensa na categoria de despesas em habitação. Em sequência, tem-se um maior aumento nas despesas de transporte, alimentação, educação e saúde. Todos os coeficientes são significativos e positivos para todos os grupos, contudo, maiores em magnitude, primeiro para os homens brancos e depois para mulheres brancas, homens negros e mulheres negras. Este resultado sugere que o grupo usualmente com melhores condições sociais, homens brancos e depois mulheres brancas, e, com mais escolaridade, gastam mais, por possivelmente terem mais chances de se inserir no mercado de trabalho, e, conseqüentemente terem maiores despesas com habitação, transporte (deslocamentos casa-trabalho), alimentação fora de casa etc. Já os grupos mais

⁶ Optou-se por não analisar a categoria “outras despesas agregadas” que engloba um grupo muito heterogêneo de itens de consumo. Importante também ressaltar que foi priorizada a análise dos coeficientes significativos a pelo menos a 10% e que se diferenciam entre os grupos.

vulneráveis, como homens negros e mulheres negras, mesmo os mais escolarizados, apesar de gastarem, o padrão de despesas é inferior ao de homens e mulheres brancas. Esses achados corroboram o que aponta o debate teórico sobre experiências distintas devido ao imbricamento de vulnerabilidade conforme fatores identitários interseccionados, neste caso gênero e raça.

No tocante às características geográficas, observa-se que morar em área rural reduz o padrão de gastos, sobretudo em habitação, alimentação (somente para homens brancos é significativo) e educação. O resultado é coerente tendo em vista que os gastos nestes quesitos nas áreas urbanas são maiores independente do grupo que se olha. Já para a categoria de despesas com transporte, o efeito é positivo, possivelmente devido às maiores distâncias na área rural. Para aqueles que precisam se deslocar, as despesas com transporte são maiores que na área urbana onde há opções de transporte público e distâncias menores.

Para as características familiares, a comparação é feita para uma família sem idoso e sem criança (arranjo familiar de referência). Nota-se que para os arranjos familiares com idosos, os gastos com saúde são mais altos em relação ao arranjo familiar de referência, e, as diferenças em magnitude são grandes entre arranjos chefiados por homens e mulheres brancos comparativamente aos homens e mulheres pretos/pardos. Já com relação aos gastos com educação, os arranjos familiares com crianças e sem idosos é que apresentam maiores despesas comparativamente ao arranjo de referência. Estas são maiores em magnitude para mulheres brancas, seguidas dos homens brancos e depois das mulheres pretas/pardas. Ou seja, dois resultados importantes, as famílias com crianças têm, como esperado, maiores gastos com educação, mas, sobretudo aquelas que tem como pessoa de referência mulheres. As mulheres brancas gastam mais em educação que os homens brancos e as mulheres pretas/pardas gastam mais que homens pretos/pardos, resultados que sinalizam para um padrão de consumo conforme o estereotipo de gênero de mulher cuidadora. As famílias com idosos com ou sem crianças, por sua vez, gastam menos em educação comparativamente ao arranjo de referência. Mesmo que tenham crianças nestes arranjos familiares, a alocação de gastos por outras categorias de despesas faz com que a parcela em educação seja menor comparativamente a um outro arranjo familiar que só tenha crianças.

No que tange ao efeito da renda sobre as despesas de consumo, todos os coeficientes estimados foram significativos e positivos para todas as categorias de despesa e grupos. Também se verifica que o efeito da renda sobre as despesas com alimentação é maior em magnitude para os grupos mais vulneráveis conforme o racismo estrutural, ou seja, os domicílios chefiados por homens e mulheres pretos/pardos do que para homens e mulheres brancas. Em relação aos gastos com alimentação, o efeito da renda segue a literatura, onde o efeito de um aumento da renda sobre as despesas com

alimentação é mais sensível para as famílias usualmente mais pobres. No caso deste estudo, as famílias chefiadas por homens e/ou mulheres negras.

Para as demais categorias de despesas, sempre a renda tem um efeito positivo, mas o único resultado que se destaca é com relação aos gastos em saúde. Para as chefes mulheres, independentemente da cor, o efeito renda sobre os gastos em saúde são maiores do que o efeito para os homens. Isto pode indicar uma maior preocupação das mulheres com a saúde comparativamente aos homens, seguindo comportamento socialmente esperado de mulher ser mais atenta aos cuidados. Na categoria educação, as despesas das mulheres aumentam mais com a renda do que nos domicílios chefiados por homens brancos apenas, mas não para os domicílios chefiados por homens pretos/pardos, onde o efeito foi maior.

Em resumo, os resultados apresentados confirmam que o padrão de consumo das famílias difere não somente no que tange às características familiares e geográficas, mas sobretudo considerando a interseccionalidade em termos de gênero e raça dos chefes. Dependendo da categoria de consumo, os efeitos são mais fortes e mais significativos. Este resultado mostra que a vulnerabilidade fruto da interseccionalidade de fatores identitários pode estar influenciando o bem-estar em termos de consumo das famílias.

As evidências sugerem que negros, em especial as mulheres negras, tem um nível de consumo mais baixo que dos brancos e que algumas despesas tem um peso maior nos orçamentos desse grupo, devendo os formuladores de políticas públicas ter atenção a esse fato. Pode-se, por exemplo, nas propostas de reforma tributária pensar alívio de carga tributária para esses grupos de despesa que vem onerando os socialmente mais vulneráveis. As pistas estão dadas de que padrão de consumo não é neutro do ponto de vista de gênero e raça e de sua interseccionalidade.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A literatura tem se debruçado a compreender o padrão de consumo das famílias brasileiras e as mudanças em curso no bojo das novas tendências demográficas e sociais. Este trabalho a fim de possibilitar o avanço da literatura e de proposições de políticas públicas mais aderentes as necessidades da população, focou na análise interseccional – cruzamento de gênero e raça.

Os achados apontam um padrão diferenciado de consumo conforme o sexo e raça/cor. De forma geral, os resultados mostram diferenças por gênero no padrão de consumo das famílias com relação às despesas com habitação e transporte, independentemente da cor ou raça da pessoa de referência. Com relação à habitação, mulheres gastam mais do que homens. Com relação ao transporte, homens gastam mais do que mulheres. Quanto aos padrões de consumo por raça, os resultados sugerem que

nas despesas com alimentação, negros gastam mais do que brancos, independentemente do sexo da pessoa de referência. Nas despesas com saúde e educação, brancos gastam mais do que negros, sendo que, com relação à saúde, mulheres brancas tendem a gastar mais do que homens.

Alguns resultados da estimação econométrica mostram de forma mais detalhada os fatores que explicam tais distinções. Destacamos que para os gastos em saúde, o envelhecimento parece atingir de forma diferente o grupo de homens e mulheres brancos do grupo de homens e mulheres negros, sendo que para os brancos o envelhecimento parece vir acompanhado de maiores despesas com saúde. Outro dado importante diz respeito à importância da escolaridade para maiores gastos em diferentes categorias de despesas. Para transporte, saúde, alimentação e educação, um chefe de família mais escolarizado induz maiores gastos nestes quesitos. Contudo, a interseccionalidade mostra que o efeito é diferenciado segundo a raça e o sexo do chefe de família. Os efeitos são sempre maiores para o grupo de homens e mulheres brancas comparativamente aos outros dois grupos. Em termos geográficos, identificamos que morar na área rural parece ser menos custoso sobretudo para os chefes de família que são homens negros ou mulheres negras.

Com relação aos gastos com educação, os arranjos familiares com crianças e sem idosos é que tem as maiores despesas comparativamente aos arranjos sem idosos e crianças. Estes gastos são maiores em magnitude para famílias chefiadas por mulheres brancas, seguidas dos homens brancos e depois por mulheres negras. Ou seja, as famílias com crianças têm, como esperado, maiores gastos com educação, mas, sobretudo aquelas que são chefiadas por mulheres.

Em relação à questão de gênero, aventa-se que o padrão diferenciado de consumo vincula-se as normas sociais que atribuem a mulheres e homens papéis sociais peculiares, com a primeiras tendo suas funções vinculadas as responsabilidades domésticas e de cuidados e os segundos com a vida pública e provisão material. No que tange a questão racial, o padrão de consumo diferenciado guarda relação com a maior vulnerabilidade econômica e social que os negros experimentam em uma sociedade racista como a brasileira. Ao se cruzar sexo e raça/cor, percebe-se que a sobreposição de vulnerabilidades por fatores identitários dão o tom de um padrão de consumo diferenciado.

Os resultados encontrados nesta pesquisa são um importante passo para a compreensão das diferenças entre hábitos de consumo alimentar no Brasil, e mostram-se um instrumento poderoso no auxílio da formulação e aperfeiçoamento de avaliação de políticas públicas direcionadas à tributação sobre o consumo dos alimentos e aos efeitos de programas de transferência de renda às famílias de baixa renda. Mediante a maior crise sanitária do último século, compreender o padrão de consumo das famílias brasileiras pode ser um subsídio na proposição de políticas públicas mais eficazes na promoção de uma sociedade mais justa e com maior igualdade de gênero e raça.

REFERÊNCIAS

- BIROLI, F.. *Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- CARVALHO, A.A.; ALVES, J. E. D. *Padrões de Consumo dos Arranjos Familiares e das Pessoas que Moram Sozinhas no Brasil e em Minas Gerais: uma análise de gênero e renda*. In: XIV Seminário sobre Economia Mineira, 2010, Diamantina. CD-ROOM, 2010.
- CARVALHO, A.A.; ALVES, J. E. D. Explorando o consumo das famílias brasileiras e sua interface com o ciclo de vida e gênero. *Oikos* (Viçosa, Mg), v. 23, p. 6-29, 2012.
- CARVALHO, S.S.; SANTOS, C. H.; ALMEIDA, V. A.; JOEL, Y. K. Z.; PAIVA, K. C.; CALDAS, L. F. O consumo das famílias no Brasil entre 2000 e 2013: uma análise estrutural a partir de dados do sistema de contas nacionais e da pesquisa de orçamentos familiares. Rio de Janeiro: IPEA, 2016 (Texto de Discussão n. 2209).
- CHAI, A.; MONETA, A. Retrospectives – Engel Curves. *Journal of Economic Perspectives*. Volume 24, Number 1 – Winter 2010 – Pages 225 – 240.
- COLLINS, P. H. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. *Parágrafo*. Jan/jun. v.5, n.1, 2017.
- CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, n. 171, 2002
- DELPHY, C. Patriarcado (Teorias do). In: HIRATA, Helena et al. (Org.). *Dicionário Crítico do feminismo*. São Paulo: Unesp, p.67-75, 2009.
- ENGEL, E. *Die Lebenskosten belgischer Arbeiterfamilien früher und jetzt*. Bulletin de Institut International de Statistique, vol. 9, pp. 1–124. 1895.
- FIGUEIREDO, A. *Dialogando com os estudos de Gênero e raça no Brasil*. In: Osmundo Pinho e Livio Sansone. (Org.). *Raça: Novas perspectivas antropológicas*. Salvador: EDUFBA, 2008, p. 237-257.
- GALVÃO, M.C.; ALMEIDA, A. N.. O padrão de consumo e comportamento familiar por gênero no Brasil: uma análise usando a pesquisa de orçamentos familiares 2008/2009. *Planejamento e Políticas Públicas*, v. 50, p. 13-46, 2018.
- GONZALEZ, L. Mulheres negras. Versão com algumas modificações, da comunicação “The Black Woman’s Place in the Brazilian Society”, apresentada na “1985 and Beyond: A National Conference”, promovida pelo African-American Political Caucus e pela Morgan State University (Baltimore, 9-12/agosto/1984).
- GUEDES, M. de C.; ARAÚJO, Clara. Desigualdades de gênero, família e trabalho: mudanças e permanências no cenário brasileiro. *Revista Gênero*, v. 12, p. 61-79, 2011.
- HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007.
- HOUTHAKKER, HENDRIK S. *Engel’s Law*. In *The New Palgrave: A Dictionary of Economics*, vol. 2, ed. J. Eatwel, M. Milgate, and P. Newman 143-44, London: The Macmillan Press. 1987.
- HOOKS, B. Intelectuais negras. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, IFCS/UFRJE; PPCIS/UERJ, v. 3 n. 2, 1995.
- IBGE. PESQUISA de ORÇAMENTOS FAMILIARES 2017-2018: perfil das despesas no Brasil: indicadores selecionados. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. 110 p. Disponível em

<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101761>. Acesso em: abr.2021

IBGE. PESQUISA DE ORÇAMENTOS FAMILIARES 2017-2018: primeiros resultados. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. 64 p. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/24786-pesquisa-de-orcamentos-familiares-2.html?edicao=25578&t=publicacoes>. Acesso em: out. 2020.

MELO, N. C. V.; TEIXEIRA, K. M. D. ou DAMIANO TEIXEIRA, K. M.; FERREIRA, Marco Aurélio Marques; SILVA, N. M. Consumo de bens e serviços por idosos nos arranjos domiciliares unipessoal e residindo com o cônjuge. *SER Social* (Online), v. 20, p. 112-130, 2018.

MELO, H. P.; THOMÉ, D. *Mulheres e Poder: histórias, ideias e indicadores*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

PASSOS, L. *Normas de Gênero: Constrangimentos e Limitações na atuação econômica feminina*. 2018. 131p. Tese (Doutorado em Economia) –Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

PINHEIRO, L. S.; FONTOURA, Natália. Perfil das despesas e dos rendimentos das famílias brasileiras sob a perspectiva de gênero. In: Luciana Servo; Sérgio Piola; Fernando Gaiger; Tatiane Menezes. (Org.). *Gasto e consumo das famílias brasileiras contemporâneas*. Brasília: Ipea, 2007, v. 2, p. 01-40.

PINHEIRO, L. S.; FONTOURA, N.; LIMA, A. T.; FONTOURA, N. O.; SILVA, R. *Mulheres e trabalho: breve análise do período 2004-2014*, Ipea: Brasília, 2016. (Nota técnica n. 24).

QUEIROZ, Pedro Wesley Vertino; COELHO, Alexandre Bragança. Alimentação fora de casa: uma investigação sobre os determinantes da decisão de consumo dos domicílios. *Análise Econômica* (UFRGS), v. 35, p. 67-104, 2017.

RIBEIRO, D. *Quem tem medo do feminismo negro?* São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RIOS, F. SOTERO, E. *PLURAL*, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v.26.1, 2019, p.1-10.

ROMERO, K.; KERSTENETZKY, C. L. Entre o altruísmo e o familismo: A agenda parlamentar feminina e as políticas família-trabalho (Brasil 2003-2013). *Revista Brasileira de Ciência Política*. Brasília, v. set. n.18, p. 119-146, 2015.

SCHLINDWEIN, M. M.; KASSOUF, A. L.. Influência do custo de oportunidade do tempo da mulher sobre o padrão de consumo alimentar no Brasil. *Pesquisa e Planejamento Econômico* (Rio de Janeiro), v. 37, p. 489-520, 2007.

SETTE, Ana Beatriz; COELHO, Alexandre Bragança. Padrão de consumo de arranjos domiciliares brasileiros em 2008/2009. *Revista Brasileira de Estudos de População-REBEP*, v. 37, p. 1-36, 2020.

Apêndice I

Tabela I.1
Brasil: estimação de sistema de demanda – homens brancos (2017-2018)

	Alimentação	Habitação	Transporte	Saúde	Educação
Idade	1,243 (1,120)	-0,211 (1,870)	11,273 (2,446)**	-1,181 (0,896)	3,137 (0,670)**
Idade ao quadrado	-0,004 (0,011)	0,070 (0,019)**	-0,113 (0,024)**	0,049 (0,009)**	-0,026 (0,007)**
Anos de estudos completos	12,039 (0,691)**	36,719 (1,154)**	20,776 (1,509)**	10,305 (0,553)**	7,180 (0,413)**
Domicílio na área rural	-12,616 (6,495)	-68,963 (10,850)**	34,216 (14,188)*	-2,682 (5,199)	-10,762 (3,887)**
Domicílio no Nordeste	58,553 (11,904)**	-41,517 (19,884)*	53,202 (26,002)*	41,633 (9,527)**	24,322 (7,124)**
Domicílio no Sudeste	35,402 (11,403)**	89,927 (19,047)**	56,339 (24,907)*	62,335 (9,126)**	25,640 (6,824)**
Domicílio no Sul	45,831 (11,523)**	7,861 (19,248)	79,537 (25,169)**	33,554 (9,222)**	7,483 (6,896)
Domicílio no Centro Oeste	59,941 (12,672)**	59,787 (21,166)**	146,371 (27,678)**	64,859 (10,142)**	17,590 (7,584)*
Família com crianças (sem idoso)	-35,155 (7,545)**	-15,899 (12,603)	-54,664 (16,480)**	14,059 (6,038)*	13,269 (4,515)**
Família com idosos (com ou sem crianças)	-20,674 (9,699)*	-2,060 (16,202)	-27,452 (21,186)	42,282 (7,763)**	-16,088 (5,805)**
Com cônjuge mulher	95,814 (81,863)	-251,466 (136,741)	346,808 (178,810)	-138,946 (65,518)*	69,571 (48,992)
Sem cônjuge	115,886 (81,795)	-217,781 (136,627)	351,679 (178,660)*	-164,037 (65,463)*	82,007 (48,951)
Domicílio recebe transferências sociais	-1,361 (9,037)	10,607 (15,095)	-49,816 (19,739)*	5,547 (7,233)	-23,583 (5,408)**
Total de moradores no domicílio	-40,904 (2,495)**	-92,827 (4,168)**	-29,976 (5,450)**	-10,054 (1,997)**	11,941 (1,493)**
Renda domiciliar per capita	0,026** (0,001)	0,084 (0,001)**	0,069 (0,001)**	0,021 (0,001)**	0,010 (0,000)**
Constante	41,657 (86,676)	359,474 (144,780)*	-559,761 (189,322)**	42,509 (69,370)	-241,682 (51,872)**
R2	0,22	0,50	0,23	0,25	0,12
Observações	13.279	13.279	13.279	13.279	13.279

Fonte: POF 2017-2018/IBGE.

Elaboração das autoras.

Notas: 1. ** Nível de significância a 1%; * Nível de significância a 5%; 2. Erro padrão entre parênteses.

Tabela I.2
Brasil: estimação de sistema de demanda – homens negros (2017-2018)

	Alimentação	Habitação	Transporte	Saúde	Educação
Idade	-0,018 (0,688)	5,292 (0,760)**	3,831 (1,167)**	0,285 (0,388)	0,984 (0,324)**
Idade ao quadrado	0,001 (0,007)	-0,025 (0,008)**	-0,044 (0,012)**	0,017 (0,004)**	-0,008 (0,003)*
Anos de estudos completos	5,251 (0,445)**	13,898 (0,491)**	9,240 (0,754)**	4,862 (0,251)**	3,265 (0,210)**
Domicílio na área rural	2,624 (3,965)	-58,918 (4,379)**	35,617 (6,724)**	-0,135 (2,236)	-9,522 (1,868)**
Domicílio no Nordeste	25,224 (4,747)**	-39,589 (5,242)**	16,632 (8,050)*	22,027 (2,676)**	16,005 (2,237)**
Domicílio no Sudeste	-17,587 (5,189)**	36,362 (5,730)**	20,683 (8,800)*	27,587 (2,926)**	4,748 (2,445)
Domicílio no Sul	7,580 (7,930)	34,912 (8,757)**	45,233 (13,447)**	26,001 (4,471)**	-0,094 (3,737)
Domicílio no Centro Oeste	27,496 (5,805)**	47,756 (6,410)**	100,999 (9,844)**	37,070 (3,273)**	11,493 (2,735)**
Família com crianças (sem idoso)	-43,389 (4,611)**	-41,146 (5,091)**	-37,036 (7,819)**	-1,144 (2,600)	6,060 (2,173)**
Família com idosos (com ou sem crianças)	-23,638 (6,691)**	-4,816 (7,389)	-31,919 (11,347)**	14,939 (3,772)**	-7,152 (3,153)*
Com cônjuge mulher	-45,313 (59,053)	-241,085 (65,208)**	-35,856 (100,140)	-2,966 (33,293)	-29,785 (27,825)
Sem cônjuge	-13,079 (58,995)	-218,681 (65,144)**	-48,670 (100,041)	-23,195 (33,261)	-21,823 (27,798)
Domicílio recebe transferências sociais	1,581 (4,404)	-17,439 (4,864)**	-26,215 (7,469)**	1,091 (2,483)	-9,855 (2,075)**
Total de moradores no domicílio	-25,570 (1,313)**	-48,011 (1,449)**	-2,216 (2,226)	-1,235 (0,740)	5,360 (0,618)**
Renda domiciliar per capita	0,039 (0,001)**	0,079 (0,001)**	0,083 (0,002)**	0,021 (0,001)**	0,015 (0,000)**
Constante	231,920 (61,162)**	360,121 (67,537)**	-27,147 (103,716)	-53,832 (34,482)	-40,597 (28,819)
R2	0,18	0,46	0,20	0,19	0,12
Observações	20.269	20.269	20.269	20.269	20.269

Fonte: POF 2017-2018/IBGE.

Elaboração das autoras.

Notas: 1. ** Nível de significância a 1%; * Nível de significância a 5%; 2. Erro padrão entre parênteses.

Tabela I.3
Brasil: estimação de sistema de demanda – mulheres brancas (2017-2018)

	Alimentação	Habitação	Transporte	Saúde	Educação
Idade	-0,650 (1,223)	-5,754 (2,361)*	0,116 (2,201)	0,348 (1,236)	0,805 (0,685)
Idade ao quadrado	0,008 (0,012)	0,124 (0,023)**	-0,020 (0,021)	0,032 (0,012)**	-0,011 (0,007)
Anos de estudos completos	7,906 (0,798)**	27,230 (1,540)**	12,213 (1,436)**	8,112 (0,806)**	4,578 (0,447)**
Domicílio na área rural	14,088 (9,928)	-99,893 (19,160)**	57,579 (17,867)**	7,013 (10,028)	-14,307 (5,557)*
Domicílio no Nordeste	49,402 (13,650)**	-88,578 (26,344)**	19,335 (24,566)	26,275 (13,787)	23,827 (7,640)**
Domicílio no Sudeste	49,732 (13,413)**	84,905 (25,887)**	17,142 (24,139)	64,199 (13,548)**	26,803 (7,507)**
Domicílio no Sul	67,597 (13,417)**	22,455 (25,895)	33,171 (24,147)	28,092 (13,552)*	16,780 (7,510)*
Domicílio no Centro Oeste	59,013 (15,981)**	-16,775 (30,843)	83,213 (28,761)**	52,057 (16,142)**	33,310 (8,945)**
Família com crianças (sem idoso)	-34,988 (9,559)**	0,109 (18,449)	-84,599 (17,203)**	12,850 (9,655)	16,553 (5,350)**
Família com idosos (com ou sem crianças)	-18,440 (10,731)	6,136 (20,712)	-43,145 (19,314)*	41,162 (10,839)**	-8,909 (6,007)
Com cônjuge mulher	-22,591 (77,730)	118,231 (150,020)	163,148 (139,893)	25,612 (78,513)	-9,290 (43,508)
Sem cônjuge	15,626 (10,068)	119,073 (19,432)**	-36,210 (18,120)*	5,377 (10,170)	19,841 (5,635)**
Domicílio recebe transferências sociais	-5,504 (10,242)	22,752 (19,766)	-53,868 (18,432)**	15,770 (10,345)	-18,673 (5,733)**
Total de moradores no domicílio	-32,282 (2,736)**	-111,463 (5,280)**	13,582 (4,923)**	-19,850 (2,763)**	7,434 (1,531)**
Renda domiciliar per capita	0,033 (0,001)**	0,136 (0,002)**	0,067 (0,002)**	0,034 (0,001)**	0,013 (0,001)**
Constante	170,193 (36,337)**	226,944 (70,131)**	37,932 (65,397)	-120,381 (36,703)**	-86,860 (20,339)**
R2	0,22	0,54	0,21	0,24	0,13
Observações	8.752	8.752	8.752	8.752	8.752

Fonte: POF 2017-2018/IBGE.

Elaboração das autoras.

Notas: 1. ** Nível de significância a 1%; * Nível de significância a 5%; 2. Erro padrão entre parênteses.

Tabela I.4
Brasil: estimação de sistema de demanda – mulheres negras (2017-2018)

	Alimentação	Habitação	Transporte	Saúde	Educação
Idade	0,111 (0,665)	-0,002 (0,906)	1,619 (0,855)	0,651 (0,562)	0,618 (0,318)
Idade ao quadrado	0,003 (0,007)	0,038 (0,009)**	-0,023 (0,009)**	0,011 (0,006)	-0,006 (0,003)
Anos de estudos completos	4,349 (0,430)**	11,800 (0,585)**	5,150 (0,552)**	3,956 (0,363)**	2,801 (0,205)**
Domicílio na área rural	1,959 (4,808)	-72,553 (6,549)**	17,640 (6,181)**	-2,054 (4,061)	-9,298 (2,296)**
Domicílio no Nordeste	28,512 (4,819)**	-42,306 (6,565)**	3,007 (6,196)	19,668 (4,071)**	15,177 (2,302)**
Domicílio no Sudeste	-6,538 (5,579)	58,446 (7,600)**	1,647 (7,173)	33,495 (4,713)**	8,496 (2,665)**
Domicílio no Sul	10,294 (8,171)	37,686 (11,131)**	15,187 (10,505)	21,277 (6,902)**	7,135 (3,903)
Domicílio no Centro Oeste	28,583 (6,763)**	51,912 (9,213)**	24,976 (8,695)**	33,531 (5,713)**	16,095 (3,230)**
Família com crianças (sem idoso)	-23,622 (4,869)**	-23,107 (6,633)**	-14,911 (6,260)*	5,791 (4,113)	9,384 (2,326)**
Família com idosos (com ou sem crianças)	-19,998 (6,122)**	-25,433 (8,340)**	-19,486 (7,871)*	28,647 (5,171)**	-4,541 (2,924)
Com cônjuge mulher	20,131 (47,969)	-44,699 (64,700)	-62,953 (61,061)	-33,657 (40,119)	-11,509 (22,687)
Sem cônjuge	16,639 (6,092)**	69,828 (8,299)**	-43,680 (7,832)**	3,219 (5,146)	8,325 (2,910)**
Domicílio recebe transferências sociais	-5,881 (4,271)	-6,617 (5,817)	-28,489 (5,490)**	4,783 (3,607)	-10,799 (2,040)**
Total de moradores no domicílio	-18,894 (1,229)**	-55,193 (1,674)**	10,138 (1,580)**	-7,752 (1,038)**	3,668 (0,587)**
Renda domiciliar per capita	0,038 (0,001)**	0,121 (0,001)**	0,072 (0,001)**	0,034 (0,001)**	0,014 (0,000)**
Constante	141,803 (18,549)**	161,405 (25,268)**	-17,714 (23,847)	-66,211 (15,668)**	-52,709 (8,860)**
R2	0,17	0,54	0,23	0,19	0,11
Observações	15.016	15.016	15.016	15.016	15.016

Fonte: POF 2017-2018/IBGE.

Elaboração das autoras.

Notas: 1. ** Nível de significância a 1%; * Nível de significância a 5%; 2. Erro padrão entre parênteses.